Ata da 37º Reunião Ordinária do Conselho de Desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra do Estado de São Paulo – CPDCN – 28\06\2024

Aos vinte e oito dias do mês de junho realizou-se a reunião ordinária do CPDCN (Conselho de Participação Desenvolvimento o da Comunidade Negra do Estado de São Paulo) – Gestão 2021-2024 de forma presencial na Secretaria da Justiça e Cidadania - Pátio do Colégio, 148 – Sala nº 10, Apoio aos Conselhos, da qual passo a relatar todo o seu conteúdo e contou com as seguinte presenças sociedade cívil: Agnaldo Benedito de Oliveira; Carlos Eduardo da Silva; Décio de Oliveira Vieira; Gil Marcos Clarindo dos Santos; João César Ferreira; Regina Célia da Silveira Santana; Roseli da Silva Santos; Sandra Regina Baptista dos Santos Silva, representantes governamentais: Secretaria de Desenvolvimento Social - Odair Ferreira Borges; Secretaria de Segurança Pública - Eloy Miguel Silva Oliveira; Casa Civil - Thais Prado Horta; Secretaria de Desenvolvimento Econômico - Claudia Cristina da Silva; Secretaria da Agricultura e Abastecimento - Aline Bernardes Candido dos Santos; . Justificativas – Sociedade Civil: Marlene Costa, Clarina de Souza Genaro; Secretária da Saúde - Ligia Maria Carvalho de Azevedo Soares e Defensoria Pública - Vinicius Conceição Silva. Convidados – Comissão do Conselho Municipal da Comunidade Negra do município de Guaíra, a saber: Gabriel Godoy, Silmara Aparecida dos Reis, Maria Angélica Rabello, Sulamita Teixeira, Agnaldo Queiroz (pastor Guina), Edson Bispo (Igreja Batista), Geraldo Froes dos Santos, Esther Maceió. Gil Clarindo faz a abertura da reunião, agradecendo e saudando todos os conselheiros(as) presentes e todos os convidados, solicitando que os conselheiros se apresentem bem como todos os convidados, os quais informaram seus breves currículos e o motivo de sua presença e de seus trabalhos nas áreas em que ocupam. O Presidente Gil Marcos Clarindo dos Santos, informa que o Conselheiro Carlos Eduardo (Du), apresentou carta a executiva solicitando a sua desincompatibilização do Conselho, por motivo de candidatura a Vereador no Município de Franca/SP., que terá início de seu afastamento a partir do dia 30 de junho de 2024 devendo retornar em até 120 dias da data, todos os presente concordaram com a solicitação do Conselheiro e desejaram pleno êxito em sua candidatura, o Conselheiro Carlos Eduardo agradece a todos e todas pelo apoio. O Presidente Gil ressalta que o Município de Guaíra implantou o seu Conselho Municipal, e que a Cidade de Matão também conta com a condução dos processos da criação de um Conselho da Comunidade Negra. Informa ainda que para o evento do dia 25 de julho, quando se comemora o Dia da Mulher Negra Latino-Americana, fizemos uma visita técnica no Museu da Língua Portuguesa, onde constatamos que existe um auditório com capacidade para 150 pessoas e quanto a esse número, entende que por ser pequeno, há que se fazer um trabalho interno de triagem dos convidados, para que o evento ocorra sem problemas. Como o local não tem palco, devemos criar a estrutura técnica para a realização do evento, o auditório estará liberado a partir das 18:00hs. Porém podemos receber os convidados a partir das 16:00hs. Pois há uma interessante exposição de Yoruba e Línguas africanas. Será preciso, internamente, definirmos uma data, que poderia ser em uma sexta feira para a realização do evento. Haverá a convocação de uma reunião extraordinária para compormos e definirmos o formato do evento bem como as regras para premiação e formas de convidar as pessoas

a participarem, pois como já foi dito, o local tem apenas 150 lugares. Quanto a Conferência Estadual de Igualdade Racial, Presidente Informa que estamos na dependência de um comando do MIR - Ministério de Igualdade Racial para definir a partir de Brasília a Conferência Federal e assim podermos marcar a Conferência Estadual. Gil Informa ainda que sua preocupação é que o MIR poderia alterar os eixos temáticos das Conferência Estadual provocando um efeito em cascata para as Conferências já realizadas pelos Municípios, o que seria uma contradição, já que os Municípios realizaram as suas conferências e já enviaram seus resumos e proposta, o que uma mudança seria um problema. Quanto ao Plano Estadual de Igualdade Racial, ainda está parado na Casa Civil, entende que o que emperra é a questão dos recursos mencionados, pois todo o trabalho do CPDCN é um trabalho de voluntariado e nenhum Conselheiro recebe nenhum tipo de recurso para esse trabalho, somente reembolsos de suas despesas quando participam das reuniões. Informa ainda que para a implantação do plano, o governo tem que propor e editar uma lei específica. Os conselheiros presentes, solicitaram que se faça um ofício ao Secretário da Justiça e Cidadania no sentido de cobrarmos um posicionamento dos seguintes itens: Plano Estadual de Igualdade Racial, Casas – Afros, Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial, denúncias de racismo encaminhadas à Secretaria e projeto das Cidades Antirracistas. Carlos Eduardo informa que fomos convidados em cima da hora para a inauguração da Casa Afro de Ribeirão Preto, corroborando com o Presidente que esse projeto nasceu aqui dentro do CPDCN, e o Conselho deveria ser informado antes da inauguração e ser convidado com antecedência, porém não foi isso que aconteceu e todo o Conselho Estadual deveria estar presente às inaugurações das Casas Afros. Regina Célia sugere que o CPDCN consiga uma relação das casas afros já implantadas e as em andamento, para que com isso possamos estabelecer uma corrente de colaboração entre as entidades envolvidas com a temática Afro. Dr. Agnaldo relata que a própria coordenação não acreditava na continuidade do projeto das Casas Afros, porém o projeto, com percalços, teve sua continuidade e hoje estamos inaugurando mais uma em São Jose do Rio Preto. João César lembrou que o projeto de Casas Afro saiu daqui do CPDCN em conjunto com o Ivan Renato de Lima, na época coordenador do Centro de Equidade Racial. Carlos Eduardo sugere que o CPDCN deveria ser sempre informado do andamento do projeto Casa Afro, sua continuidade bem como a sequência de construções em andamento, Eloy entende que temos um papel de fiscalizador e um papel que deveria ser participativo com relação a essas construções, pois afinal o projeto se originou dentro de CPDCN. Dr. Agnaldo entende que também o CPDCN deveria cobrar a continuidade do referido projeto das Casas Afros. Régina Célia corrobora com os conselheiros no sentido de que deveríamos cobrar mais o atual Governo, para com as pautas da Comunidade Negra, pois apenas apesar de um bom relacionamento com as Secretarias, isso não nos garante a sequência lógica de importância de nossas pautas. Carlos Eduardo informa que até outro momento o Secretário não iria se envolver com as pautas raciais ou projetos do MP, hoje mudou de posição e nesse sentido precisamos cobrar a secretaria quanto as nossas pautas estagnadas como mencionadas anteriormente. Relembra que o secretario solicitou o arquivamento do caso de Franca já discutido na reunião ordinária anterior. Gil Clarindo retoma a pauta especificando sobre a comissão que deve se reunir com o secretário para o trabalho de reforma do regimento e nesse sentido, a proposta da secretaria de incluir apenas dois conselheiros nesse GT além do presidente e vice, foi rejeitada pelos conselheiros presentes. informa que vai se reunir com o secretário para discutir a inclusão de mais conselheiros nesse trabalho. Nesse sentido houve cinco candidaturas de conselheiros para a inclusão e essa votação ficou prejudicada e não foi efetivada devido ao pequeno número de conselheiros presentes na reunião. Portanto, após sua reunião com o secretário, informará aos conselheiros sobre a inclusão de mais membros na comissão de trabalho com o secretário. O Presidente Gil Clarindo apresenta e agradece novamente a presença de convidados e solicita suas apresentações, o que foi feito individualmente com

um breve currículo de cada um. Após faz um breve histórico das atividades do CPDCN destacando as parcerias em que conseguiu até o momento para execução de algumas atividades, destaca a colaboração do gabinete da deputada estadual Leci Brandão que em diversas oportunidades apoiou o CPDCN. Décio Vieira expõe aos conselheiros uma atividade de pesquisa com os conselheiros em diversas regiões administrativas para que se possa mapear com precisão, os diversos conselhos existentes no estado. Sendo assim, cada conselheiro vai receber uma lista de municípios em que deve contatar para responder algumas perguntas. João César explica sobre a visita das pessoas interessadas em conhecer o CPDCN, pois todas tem um importante trabalho social na cidade de São Paulo. Bispa Esther Maceió, fazendo uso da palavra, informa que atualmente na Cidade de São Paulo, há diversas Igrejas Evangélicas formadas por maioria de imigrantes africanos e nesse sentido, solicita o apoio do CPDCN, pois esses imigrantes, com os quais ela trabalha, encontram diversas dificuldades de inclusão e contam com pouco apoio da população e de órgãos correlacionados com a pauta da Comunidade Negra. Dra. Roseli expõe a sua intensão de formar aqui no CPDCN uma comissão de conselheiros para compor um GT de trabalho junto às Igrejas Evangélicas formadas, em sua maior parte por imigrantes africanos em nossa cidade. Gil Clarindo informa à Dra. Roseli e a Bispa Esther que há, na Secretaria da Justiça e Cidadania um Fórum específico que trata do assunto em que envolve as diversas religiões e que é coordenado pela profa. Vania Soares e, portanto, pode se direcionar a ela para tratar do tema referente às religiões Evangélicas na cidade de São Paulo. João César se propôs a se reunir com a Prof. Vania Soares para tratar do assunto relativo às Igrejas evangélicas de imigrantes africanos. Carlos Eduardo agradeceu a todos os conselheiros que estiveram presente no evento na cidade de Franca sobre as cidades antirracistas. Gil Clarindo em conjunto com os conselheiros presentes aprovam a ata anterior, de número 36. Sem mais a discutir no momento, o presidente Gil Clarindo encerra a reunião e eu Décio de Oliveira Vieira (conselheiro), redigi a presente ata.